

12ª EDIÇÃO

APROXIMAÇÃO

Revista da 2ª Vice-Presidência do
Tribunal de Justiça do Paraná



O mês de janeiro de 2019 marca a linha de chegada de um desafio, que foi nossa gestão na 2ª Vice-Presidência, responsabilidade que muito honradamente assumimos há dois anos, sob o compromisso de realizarmos uma administração moderna e inovadora.

Firmes na crença de que fizemos tudo o que se encontrava ao nosso alcance – e um pouco mais –, com uma grande sensação de dever cumprido e, desde já, um pequeno gosto de saudades, é com imensa satisfação que passaremos ao Desembargador José Laurindo de Souza Netto a missão de conduzir, a partir de fevereiro, as políticas judiciárias sob responsabilidade da 2ª Vice-Presidência: Juizados Especiais, Autocomposição e Cidadania.

Fazendo um apanhado geral, no que diz respeito aos Juizados, o objetivo sempre foi proporcionar, em primeiro lugar, o melhor e mais eficiente atendimento ao jurisdicionado. Para tanto, como nossos aliados, sempre tivemos os conciliadores, juízes leigos, servidores e magistrados.

O empenho deles, abnegado e incansável, é o que deu e dá vida ao sistema dos Juizados, permitindo-o prosseguir atendendo a população a despeito de quaisquer percalços ou dificuldades. Buscou-se, assim, investir no aprimoramento profissional de nossa força humana, fornecendo-lhes meios de se qualificarem, seja por meio de tutoriais, videoaulas, bem como lhes entregando ferramentas melhores e mais avançadas para o desenvolvimento de seus trabalhos, aproveitando-se, inclusive, do uso da tecnologia.

A política de Autocomposição, conduzida por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC/PR) – *colegiado de composição plural em nosso Estado (Desembargadores, Magistrados e Servidores)* –, conseguiu dar ao Paraná visibilidade nacional, com inúmeras medidas inovadoras, destacando-se, como exemplo, a realização do *I Simpósio Nacional de Melhores Práticas em Solução de Conflitos*, organizado em parceria com o Ministério da Justiça.

Gostaríamos de deixar registrado, por fim, que a promoção da Cidadania é uma das atividades mais gratificantes que vivenciamos em nossa gestão na 2ª Vice-Presidência. Desde o início, entretanto, indagamo-nos a respeito da forma mais adequada de ser promover a Cidadania, que, a nosso ver, traduz-se em dotar o indivíduo da plena consciência de sua dignidade humana, da dimensão de seus direitos fundamentais e das formas de fazê-los serem respeitados. Como promovê-la em uma sociedade tão carente, na qual, muitas vezes, as necessidades mais básicas não se

encontram satisfeitas? E mais importante, como promover a Cidadania sem recair no mero assistencialismo? Seguindo-se a linha já adotada pelo Tribunal nesse campo, o enfoque se deu nos jovens e, por conseguinte, na educação e preparação dos novos cidadãos.

Ao lado de programa já consolidado, como o “Justiça e Cidadania também se aprendem na Escola”, destacamos o programa “Jovens Promissores”, iniciado em 2017. Abraçando-se a velha máxima de que não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar, o programa dedica-se a dar mais carinho e atenção àqueles jovens que, de certo modo, são um pouco “filhos” do Poder Judiciário, quais sejam, os adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, mas em vias de deixá-lo, necessitando de apoio nessa etapa de transição para a vida adulta.

O sucesso da iniciativa hoje pode ser constatado pela formatura de múltiplas turmas de Jovens Promissores, com contínuos exemplos de superação e plena integração social de alguns dos egressos, assim como pelas homenagens recebidas pelo Tribunal de Justiça em razão de sua implementação.

Bom, resta muito claro que estas três frentes de atuação são terrenos férteis. A sabedoria japonesa preconiza em um velho ditado que *“uma árvore é conhecida pela sua fruta”*. Considerando o perfil do futuro 2º Vice-Presidente, ilustre personalidade, magistrado exemplar e professor renomado, temos por certo que, no próximo biênio que se inicia, muitos frutos haverão de ser colhidos, pois de árvore boa, plantada, agora, em solo prolífico.

Nesta edição, o caro leitor encontrará um balanço geral dos projetos desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência durante o biênio 2017-2018. Além disso, elaboramos uma matéria específica para apresentar aos servidores e jurisdicionados o novo 2º Vice-Presidente, Desembargador José Laurindo, com dados sobre a sua biografia e brilhante carreira.

Desejamos uma boa leitura a todos!
Cordialmente,

Lidia Maejima
2ª Vice-Presidente

JUIZADOS ESPECIAIS

PERFIL DA NOVA GESTÃO

3

2ª VICE-PRESIDÊNCIA PROMOVE VI EMAJEP E II EPACEJUSC, EM PARCERIA COM EMAP E AMAPAR	4
2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC JÁ VISITARAM 41 JUIZADOS ESPECIAIS POR MEIO DO PROGRAMA 2ª VICE PRESENTE	5
BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS CHEGA EM SUA 2ª EDIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017	5
DELIBERAÇÕES DO CSJE'S	6
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS APROVA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE CONCILIAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	7

AUTOCOMPOSIÇÃO

NUPEMEC REALIZA I SIMPÓSIO NACIONAL DE MELHORES PRÁTICAS EM SOLUÇÕES DE CONFLITOS	8
XIII SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO	9
2ª VICE-PRESIDENTE É RECEBIDA PELA GOVERNADORA PARA ASSINATURA DE ATOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO PARANAENSE	10
NUPEMEC APERFEIÇA A AUTOCOMPOSIÇÃO NO PARANÁ POR MEIO DA CRIAÇÃO DE UM COMITÊ GESTOR	10
2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC INCREMENTOU SISTEMA DE GESTÃO DE AUDIÊNCIAS E VIABILIZOU A CITAÇÃO ELETRÔNICA	11
2ª VICE-PRESIDÊNCIA PROPICIA NOVO SERVIÇO AO CIDADÃO POR MEIO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS B@TEU E PROJUDI	12
O PROGRAMA PACIFICAR É DIVINO COMEÇA O ANO DE 2019 COM BOAS PERSPECTIVAS E COM UM BALANÇO DE RESULTADOS DO ANO DE 2018 MUITO PROFÍCUO	13
CEJUSC 2º GRAU COMEMORA OS 10 ANOS DE FUNCIONAMENTO E A INAUGURAÇÃO DE SEU ESPAÇO REFORMADO	14

CIDADANIA

CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS	16
PROGRAMA JOVENS PROMISSORES ENCERRA 2018 FORMANDO MAIS ADOLESCENTES DESTINATÁRIOS DE MEDIDAS PROTETIVAS OU SOCIOEDUCATIVAS	16



Expediente:

Desembargadora Lidia Maejima
2ª Vice-Presidente
do Tribunal de Justiça do Paraná

Dr. Ricaro Henrique Ferreira Jentzsch
Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência
do Tribunal de Justiça do Paraná



Editoração:
Coordenadoria de Produção de
Mídias Institucionais - Êseje

PERFIL DA NOVA GESTÃO



José Laurindo de Souza Netto

graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) em 1982. Recebeu o título de mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1998 e de Doutor pela mesma instituição em 2000. No ano de 2004 concluiu o estágio de pós-doutorado pela Universidade de Roma.

Participou, durante sua vida acadêmica, de diversos cursos de aperfeiçoamento e formação em Roma, Lisboa e na França.

No que concerne à sua carreira profissional, destaca-se que José Laurindo de Souza Netto ingressou aos 06 de junho de 1990, por intermédio de concurso público, na Magistratura Estadual, atuando inicialmente como Juiz Substituto na Comarca de Telêmaco Borba e, posteriormente, nas Comarcas de Ortigueira (entrância inicial), Arapongas, Piraquara (entrância intermediária) e, por fim, em Curitiba (entrância final).

Atuou intensamente nos Juizados Especiais de Curitiba e, desde o início de suas atividades, acompanhou a transição do Tribunal de Pequenas Causas para os Juizados Especiais normatizados pela Lei nº 9.099/95, ocupando a sua direção e, além disso, julgou tanto em sua área cível quanto criminal. Experiências que, por conseguinte, lhe

permitiram produzir obras literárias e publicações jurídicas acerca deste microsistema.

Atuou como Juiz Membro no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, respectivamente, nos exercícios de 2004 e 2005.

Aos 17 de maio de 2010 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Integrou os Conselhos Diretores do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados no ano de 2015 e o Conselho Diretor do Fundo da Justiça em 2017.

Compôs o Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná nos exercícios de 2017 e 2018, sendo reeleito para o exercício de 2019.

Atualmente, também exerce o cargo professor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), bem como no Curso de Mestrado na Universidade Paranaense (Unipar), na União Educacional de Cascavel (Univel) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Realiza palestras e conferências no Brasil e no Exterior. Somado a isso, é autor de diversos livros e de artigos jurídicos publicados em jornais e revistas nacionais e internacionais.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA PROMOVE VI EMAJEP E II EPACEJUSC, EM PARCERIA COM EMAP E AMAPAR

Entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2018, Foz do Iguaçu recebeu o VI Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná (EMAJEP) e o II Encontro Paranaense dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (EPACEJUSC). Os eventos reuniram 43 magistrados que atuam junto aos Juizados Especiais e aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de todo o Estado.

A abertura do Encontro contou com a participação do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Desembargador Renato Braga Bettega; da 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Lidia Maejima; do Diretor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), Desembargador José Laurindo de Souza Netto; do Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão; do Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Dr. Geraldo Dutra de Andrade Neto; e do Diretor Jurídico da Sanepar, Eduardo Tesserolli.



Na ocasião, a Desembargadora Lidia Maejima ressaltou a importância dos CEJUSCs e dos Juizados: *“Versam ambos de maneira palpante sobre o interesse do cidadão comum. Tratam das questões do dia a dia da população, como os serviços típicos oferecidos em uma sociedade de massas, como saneamento básico, telefonia, serviços bancários, trânsito, entre outras. Nos CEJUSCs, temos as questões de família, em que a mediação e a conciliação, as oficinas de parentalidade, a justiça restaurativa são, não em raros casos, verdadeiros remédios, alívios para as pessoas, ultrapassando, em muito, a resolução meramente legal. Isso é de grande valia para que vivamos em uma nação mais justa, harmônica e, por conseguinte, pacífica, já que ajudam a salvaguardar a família – célula básica da sociedade”.*

Durante os encontros, foram abordados temas relevantes para a prática dos Juizados Especiais, como as mudanças provenientes do Código de Processo Civil (CPC), os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no âmbito dos procedimentos submetidos à Lei 9.099/95, o julgamento por equidade, dentre outros.



Já no âmbito dos CEJUSCs, a programação incluiu as áreas de Mediação, Conciliação, Justiça Restaurativa e a atuação cotidiana dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.



As palestras foram proferidas pelos Desembargadores Clayton Maranhão, Jorge de Oliveira Vargas, José Laurindo de Souza Netto e Roberto Portugal Bacellar, bem como pelos Juízes de Direito Marcelo Nalesso Salmaso (TJSP), Ricardo Cunha Chimenti (TJSP) e Rodrigo Rodrigues Dias.



2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC JÁ VISITARAM 41 JUIZADOS ESPECIAIS POR MEIO DO PROGRAMA 2ª VICE PRESENTE

Desde a implantação do *Programa 2ª Vice-Presente*, em agosto de 2018, a 2ª Vice-Presidência e o Departamento de Tecnologia da Informação de Comunicação (DTIC) do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) já visitaram 41 Juizados Especiais paranaenses.

A proposta foi de ouvir os servidores dos Juizados Especiais para tirar dúvidas, proporcionar treinamento e colher sugestões, tanto no que diz respeito à supervisão dos Juizados quanto a questões relacionadas à informática em geral e ao sistema Projudi.

Para cumprir o cronograma estabelecido quando da criação do 2º Vice-Presente, dois servidores do Programa (um do DTIC e outro da 2ª Vice-Presidência) realizaram visitas a quatro juizados por semana.

Com as visitas já realizadas, foi possível adicionar uma nova área na intranet dos Juizados denominada de *2ª Vice-Presente*, onde foram colocados materiais de apoio, chamados de passo-a-passo, para esclarecer as dúvidas mais constatadas sobre o sistema PROJUDI.



O programa é reflexo de um dos grandes objetivos desta gestão na área dos juizados: proporcionar melhorias ao jurisdicionado a partir do fortalecimento do servidor, por meio da capacitação e disponibilização de tecnologias em seu favor tornando o servidor cada vez mais apto ao serviço público.

JUIZADOS JÁ ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Curitiba, Pinheirinho, CIC, Bairro Novo, São José dos Pinhais (Fórum e Aeroporto), Pinhais, Colombo, Araucária, Campo Largo, Piraquara, Campina Grande do Sul / Quatro Barras, Almirante Tamandaré / Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Rio Branco do Sul, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul, Lapa, Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaratuba, Ponta Grossa e Guaratuba.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS CHEGA EM SUA 2ª EDIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017

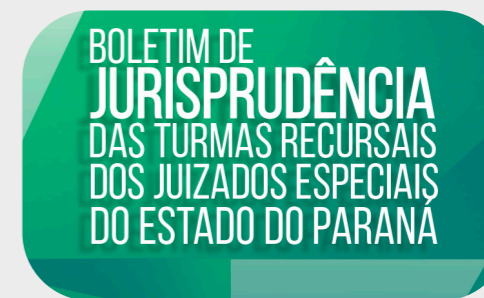
A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em conjunto com o Centro de Documentação (CEDOC) do Departamento de Gestão Documental, no final do mês de outubro/2018 disponibilizaram à comunidade jurídica a 1ª edição do Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais do Estado do Paraná, sendo que a 2ª edição já fora publicada no mês de dezembro/2018.

Com periodicidade bimestral, o Boletim é uma publicação eletrônica de cunho informativo que reúne e dá destaque às principais decisões proferidas no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Voltada tanto para o público interno quanto para o público externo, o boletim visa aumentar a publicidade sobre os entendimentos mais recentes das Turmas Recursais e criar um veículo de aproximação e comunicação.

Sua divulgação é feita pelo portal do Tribunal de Justiça, através do menu *Consultas > Jurisprudência > Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais* sendo, ainda, encaminhado via Sistema Mensageiro aos Magistrados do Estado.

A seleção das decisões, realizada pelos próprios Juízes membros das Turmas Recursais, leva em consideração fatores como: complexidade da matéria abordada, consolidação de posicionamento do órgão julgador, ineditismo da deliberação, mudança no entendimento do colegiado, reiteração de entendimento importante, relevância do tema tratado ou das teses firmadas, repercussão social e volume de demandas. Não se trata, assim, de repositório oficial de jurisprudência.

Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações, disponíveis na base de dados de jurisprudência, acessíveis a partir de hyperlinks constantes nas respectivas numerações processuais.



DELIBERAÇÕES DO CSJE'S

SESSÃO DE OUTUBRO DE 2018

Na sessão realizada no dia 09 de outubro de 2018, o colegiado do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJE's), em conjunto com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), deliberou pela revogação da Resolução nº 02/2009 do CSJE's e aprovação da Resolução conjunta nº 01/2018. A nova Resolução trata da redistribuição das horas extraordinárias, especialmente no que diz respeito ao remanejamento de parte delas para os CEJUSCs, previstos pela Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

A regulamentação do tema não demandou qualquer incremento de gastos, uma vez que se limitou à redistribuição de vagas já existentes, que irão se destinar tanto aos Juizados Especiais como aos CEJUSC's, adequando-se à redação para a nova realidade de que existem Juízes Supervisores e Juízes Coordenadores de CEJUSCs. Criou-se a possibilidade de designação de servidores efetivos para a gestão administrativa dos CEJUSC's ou dos Centros de Conciliação dos Juizados Especiais – CECON's para o exercício de até 48 (quarenta e oito) horas extraordinárias mensais.

Por falar nisso, na mesma sessão, foi aprovada a Resolução nº 08/2018 do CSJE's, que criou o Centro de Conciliação – CECON do Fórum dos Juizados Especiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. A criação de um Centro de Conciliação – CECON no âmbito dos

SESSÃO DE JANEIRO DE 2019

Considerando que as Resoluções 06/2004; 03/2006; 05/2007; 04/2009 e 08/2010 foram revogadas, na sessão do dia 17 de janeiro foi aprovada pelo colegiado a Resolução 01/2019, regulamentando o setor de triagem no âmbito dos Juizados Especiais.

Na mesma ocasião, foi referendada a Portaria nº 03/2018 da Supervisão do Sistema dos Juizados

juizados especiais visou dar protagonismo com estrutura e foco de atuação à conciliação no âmbito dos Juizados Especiais.

A centralização das audiências autocompositivas objetiva a padronização dos atos, a uniformidade no atendimento das partes, a unificação da pauta de conciliação, bem como a identificação de oportunidades e acompanhamento mais próximo da capacitação e desenvolvimento dos conciliadores. Inicialmente, como projeto-piloto, foi criado o CECON do Fórum dos Juizados Especiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que ficará responsável por gerenciar todas as audiências de conciliação deste Fórum.

Na mesma ocasião foram também aprovadas as Resoluções nº 09/2018 e nº 10/2018, ambas do CSJE's. A primeira regulamenta os Acordos de Cooperação/Convênios firmados entre o Tribunal de Justiça do Paraná e Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado destinados à persecução das finalidades institucionais dos Juizados Especiais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná. A segunda regulamenta o Fórum de conciliação virtual, aprovado pelo CSJE's no primeiro semestre de 2018, que consiste num ambiente de troca de mensagens dentro do próprio sistema de tramitação processual (Projudi), possibilitando que autor e réu possam negociar os termos do processo, através do envio de mensagens de texto.

Especiais, que dispõe sobre o procedimento para a realização das audiências de conciliação pré-processuais originadas do Sistema B@TEU (Boletim de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado) da Polícia Militar no âmbito dos Juizados Especiais no Estado do Paraná.

A Turma Recursal também foi pauta para o julgamento da sessão do dia 17 de janeiro, tendo

sido aprovado nesta ocasião seu novo Regimento Interno, reformulado, especialmente, em razão da criação das novas turmas e de novas práticas e procedimentos.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS APROVA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE CONCILIAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Por proposição da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, o CSJE's, por meio da Resolução nº 08/2018, criou o Centro de Conciliação do Fórum dos Juizados Especiais de Curitiba - CECON, com o intuito de otimizar a gestão e a realização das audiências daquela Sede.

A escolha das unidades dos Juizados Especiais localizadas no Centro Judiciário de Curitiba decorreu do fato de que estas unidades foram recém instaladas em estrutura física moderna e adequada, bem como pela proximidade geográfica com a Supervisão-Geral do Sistema, o que permitirá uma facilidade na identificação de obstáculos e oportunidades, assim como pelo grande volume de demandas ali ajuizadas (a maior do Estado no âmbito dos Juizados Especiais). Além destas questões, outro motivo ensejador de tal escolha foram os apontamentos realizados pela Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida do Conselho Nacional de Justiça, em recente inspeção neste Tribunal de Justiça.

A experiência adquirida junto à instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs, em especial o CEJUSC - Fórum Cível de Curitiba, quando da Presidência do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, trouxe à 2ª Vice-Presidência o conhecimento de diversas boas-práticas que, por sua natureza de autocomposição, são perfeitamente aplicáveis ao âmbito dos Juizados Especiais.

E, nesse contexto, o que se tem verificado é que uma centralização das audiências autocompositivas, em especial da gestão destas, tornam possível padronizar os procedimentos a elas relativos. Dentre os quais, os prazos entre o ajuizamento da ação, a realização da audiência, a duração prevista do ato e também outros procedimentos, como os

atinentes aos do pregão e elaboração de termos de audiência.

A centralização da gestão das audiências conciliatórias permitirá a identificação de obstáculos para melhoria da qualidade desses atos, tornando possível a existência de pautas flexíveis, bem como reconhecer os pontos de necessária capacitação contínua dos conciliadores. De igual modo, será possível a formação de uma rede de apoio aos facilitadores durante as audiências, sem onerar a prestação jurisdicional das secretarias dos juizados.

O CECON contará com o software EXCUBITOR, desenvolvido pelo Departamento da Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, que permite que as pautas de audiências do PROJUDI sejam importadas e aglutinadas em um sistema de gestão, que além de exibir as audiências do dia em diversos painéis espalhados pelo saguão do Fórum dos Juizados Especiais, propiciará aos conciliadores, mediadores, juízes leigos e juízes togados, inúmeras ferramentas que facilitarão em muito a dinâmica de realização das audiências judiciais. O sistema auxiliará também na gestão de dados que instruirão os relatórios exigidos anualmente pelo CNJ.



NUPEMEC REALIZA I SIMPÓSIO NACIONAL DE MELHORES PRÁTICAS EM SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Em iniciativa inédita do Ministério da Justiça, em conjunto com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Paraná (NUPEMEC-PR), foi realizado em Curitiba, na última sexta-feira (30), o I Simpósio Nacional de Melhores Práticas em Solução de Conflitos.



Com o apoio da Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o evento foi sediado no próprio ambiente acadêmico da instituição, no campus do Jardim Botânico, onde se concentram os cursos de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências da Saúde.

Aproveitando a ocasião, o Secretário Nacional de Justiça, Luiz Pontel de Souza, e a 2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Desembargadora Lidia Maejima, assinaram um termo de cooperação técnica que visa à difusão dos métodos consensuais de solução de conflitos.



O simpósio, por sua vez, integra-se na nova estratégia do Ministério da Justiça para a ampliação do movimento de mediação e conciliação, o que inclui estimular o diálogo e a troca de ideias entre todos os personagens atuantes na área, entre eles os NUPEMEC's e os CEJUSC's, mediante ações interativas da Escola Nacional de Mediação (ENAM), cuja revitalização é um dos objetivos principais.

Para tanto, o Ministério e a ENAM, por meio deste modelo de encontro do simpósio, buscam entrar em estreito contato com a realidade da mediação e conciliação no Brasil, tanto em seus aspectos positivos quanto os problemáticos, visando à captação de dados e informações necessárias para que sejam traçadas inovações e soluções efetivas, que ajudem, de fato, a política de desjudicialização das demandas.

Na atual edição, destacaram-se as palestras da Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) Valéria Lagrasta, uma das principais idealizadoras da Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse, e do Juiz de Direito do TJPR e membro do NUPEMEC-PR Rodrigo Rodrigues Dias, que tratou da importância de se fornecer uma verdadeira formação técnica aos mediadores e conciliadores.



Ainda tratando de aspectos relativos à capacitação de pessoas, palestrou o Desembargador Roberto Portugal Bacellar, Diretor da ESEJE, defendendo a utilização das modernas ferramentas de ensino a distância, enfatizando que o desenvolvimento de competências e os resultados esperados no treinamento de mediadores e conciliadores advêm mais da devida interação entre o conhecimento teórico e o ensino prático de sua aplicação, independentemente da forma de transmissão dos ensinamentos teóricos, presencial ou online.

TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

De outro lado, abriu-se espaço para a divulgação de inovações e trocas de experiências, com destaque para o programa de mediação comunitária desenvolvido pela Polícia Militar de São Paulo, apresentado pelo Coronel Paulo Augusto Leite Motooka, que mostrou números significativos na pacificação de conflitos relacionados a delitos de menor potencial ofensivo.

O programa paulista serviu de inspiração para a implantação de ação semelhante pelo NUPEMEC-PR e pela Polícia Militar do Paraná. Com origem no próprio TJPR, foram divulgados os programas *Jovens Promissores*, que auxilia no acompanhamento do processo de integração social de jovens submetidos ao acolhimento institucional na adolescência, e o *Pacificar é Divino*, que visa propagar a mediação comunitária, valendo-se do auxílio e da força de instituições religiosas parceiras.

XIII SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

O Poder Judiciário do estado do Paraná participou ativamente da *XII Semana Nacional da Conciliação*, promovida entre os dias 5 e 9 de novembro de 2018.

De acordo com os dados veiculados pelo Conselho Nacional de Justiça, foram realizadas 6.668 (seis mil seiscentas e sessenta e oito) audiências de conciliação, com 1.402 (mil quatrocentos e dois) acordos, resultando em uma taxa de 21% (vinte e um por cento) de composição nas audiências. A movimentação financeira, somente no período, foi de R\$ 1.912.542,00 (um milhão novecentos e doze mil quinhentos e quarenta e dois reais) em valores homologados resultantes de conciliações.

As Comarcas participantes ainda relataram que, conjuntamente, mais de 13.000 (treze mil) pessoas foram atendidas durante a Semana,

APROXIMAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS

Na parte das Oficinas Temáticas, o destaque ficou por conta da exibição da iniciativa, oriunda de Minas Gerais, do *Centro de Reconhecimento de Paternidade* (CRP), que visa promover a aproximação entre pais e filhos, mediante a simplificação e a gratuidade da regularização do registro civil.

Com a presença de mais de 200 participantes, o evento atingiu os objetivos esperados, considerando-se, sobretudo, a variedade de categorias representadas, abrangendo advogados, professores, juízes, desembargadores, mediadores, conciliadores, servidores de CEJUSC's, entre outros atores do movimento, razão pela qual, inclusive, já se encontra em planejamento a realização do *II Simpósio*, em fevereiro de 2019, no Distrito Federal.

período em que foram sanadas diversas dúvidas sobre o procedimento conciliatório, custos envolvidos para se conciliar e sobre os benefícios deste método de resolução de conflitos. Noticiaram, ainda, que 428 (quatrocentos e vinte e oito) magistrados e magistradas paranaenses envidaram significativos esforços para ampliarem, durante a *XIII SNC*, o número de audiências de conciliação que ocorreriam em suas unidades.

Por fim, relataram terem mobilizado, conjuntamente, os esforços de 920 (novecentos e vinte) conciliadores e 113 (cento e treze) juízes-leigos, tudo com o objetivo de disseminar a cultura da paz e do diálogo, mitigando comportamentos geradores de conflitos e proporcionando aos envolvidos uma experiência positiva com a conciliação.

2ª VICE-PRESIDENTE É RECEBIDA PELA GOVERNADORA PARA ASSINATURA DE ATOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO PARANAENSE

FOI CELEBRADO UM TERMO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE MEDIAÇÃO COM A PM E SANCIONADA, PELA GOVERNADORA, LEI QUE APERFEIÇA O PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS

Nesta quarta-feira (7/11), a Governadora do Paraná, Cida Borghetti, recebeu a 2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargadora Lidia Maejima, no Palácio Iguazu para a realização de dois atos de interesse para a população paranaense.

O primeiro ato foi a celebração de um Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar, para a implantação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), no âmbito de atuação da Polícia Militar. Estiveram presentes a Comandante da Polícia Militar, Cel. Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, e o Secretário de Segurança Pública, Dr. Júlio Cezar dos Reis.

Os Cejuscs constituem a inovação mais importante da política judiciária nacional nos

últimos anos (Resolução nº 125/2010 – CNJ), tratando-se de estruturas judiciais voltadas para a resolução pacífica de conflitos, da autocomposição das partes, dotadas de pessoal especialmente capacitado em técnicas de mediação e conciliação.

Seguindo o exemplo de um bem-sucedido convênio já estabelecido no estado de São Paulo, a medida busca introduzir essa nova realidade do tratamento de conflitos no dia a dia do policiamento ostensivo. Ela dota os policiais militares dos conhecimentos necessários para que possam auxiliar a população a resolver seus conflitos de maneira harmônica e pacífica. Dessa forma é possível solucionar essas questões de maneira mais fácil e rápida, evitando que as demandas se aprofundem desnecessariamente.

O segundo ato da solenidade foi a sanção do projeto de lei que altera a Lei nº 19.634, de 24 de agosto de 2018, que instituiu o Programa Criança e Adolescente Protegidos no Estado do Paraná, cuja finalidade é assegurar a identificação biométrica e a consequente emissão de documento de identidade para todas as crianças e adolescentes da rede pública de ensino.

Por essa alteração (Projeto de Lei nº 494/2018), restam modificados os arts. 1º e 2º da Lei 19.634, deixando devidamente registrado o histórico de longevidade do programa, de modo a engrandecer e valorizar ainda mais a sua origem, no Poder Judiciário, e sua finalidade, de assegurar e proteger os direitos e a integridade das crianças e adolescentes do Estado.



NUPEMEC APERFEIÇA A AUTOCOMPOSIÇÃO NO PARANÁ POR MEIO DA CRIAÇÃO DE UM COMITÊ GESTOR



No segundo semestre do ano de 2018, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC criou um órgão intersetorial, denominado Comitê Gestor do NUPEMEC. A finalidade central da iniciativa é a de administrar o sistema estadual de capac-

itações e implementar ações para a promoção e melhoria contínua dos Programas de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais, em conformidade com a Resolução 125/2010 do CNJ.

O comitê é formado por magistrados e servidores que atuam diretamente com a execução da política de tratamento adequado aos conflitos de interesse e tem competência para deliberar sobre questões operacionais, solicitações, requerimentos e consultas formulado por

cursistas, servidores, magistrados e demais agentes envolvidos com a capacitação em mediação judicial.

O NUPEMEC é instituição formadora devidamente reconhecida perante a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM -, conforme Portaria de Reconhecimento n. 20/2018. A medida de criar um comitê gestor foi um importante avanço na administração do sistema e na otimização de seus processos internos, o que trará, sem dúvidas, benefícios à autocomposição do Estado do Paraná.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC INCREMENTOU SISTEMA DE GESTÃO DE AUDIÊNCIAS E VIABILIZOU A CITAÇÃO ELETRÔNICA

Com o objetivo de usar a tecnologia em favor do judiciário, a 2ª Vice-presidência e o DTIC implementaram o sistema Excubitor e desenvolveram nova ferramenta no sistema PROJUDI para Citação Eletrônica.

EXCUBITOR



O sistema Excubitor - cujo nome tem origem no latim, que significa “aqueles que nunca dormem” ou “sentinelas” - foi inspirado nos painéis de aeroportos e de postos de saúde e, além de concentrar funcionalidades de chamamento/pregão, também é capaz de gerenciar dados estatísticos referentes às audiências.

HORA	PROCESSO	PARTES	SALA	STATUS
09:00	0044826-24.2018 1ª VC	ANASTACIO DA SILVA COMPANHIA DE SEGURO BOA SORTE DO BRASIL	09	Chamando
09:00	0007777-77.2018 1ª VC	FARMACIAS MEDIKAM ADMINISTRADORA GERAL E PARTICIPAÇÕES LTDA	11	Chamando
09:00	0055551-55.2018 1ª VC	VINICIUS DOS SANTOS SILVEIRA BANCO DOS POUPADORES HOLDING S.A.	02	Sessão Iniciada
09:00	0123456-77.2018 1ª VC	TEOBALDO BEYOND ABOVE INCORPORADORA DE MATERIAIS LTDA.		Em Espera
09:00	0065432-11.2018 9ª VC	GABRIELA KRAVO E OUTROS AGENCIA DE VIAGENS BOA IDA LTDA.		Em Espera
09:00	0022444-77.2017 1ª VC	MARCELA CANABRAVA JOÃO BEDFORD		Em Espera
09:00	0001001-18.2018 9ª VC	BEATRIZ JUVENTINA ALVES WEISS E OUTROS		Em Espera
09:00	0001002-88.2018 1ª VC	JOANA JUANITA JETT E OUTROS ELAINE CRISTINA PEDREGULHO ZAS TRAS BRASIL SEGUROS S/A		Em Espera
09:00	0045678-00.2017 3ª VC	IRMÃOS JOVIAIS - ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - ME		Em Espera
09:00	0098765-23.2018 9ª VC	ALEXANDRE FORTUNATO BIAZZ SERAFINA VILA VELHA		Em Espera
09:00	0012101-12.2018 1ª VC	FRANCISCO JOAQUIM STING COLÉGIO AKI SEAPRENDE LTDA		Em Espera
09:00	0056567-12.2018	KAIQUE HIGHCASTLE GIOULA PALMEIRA PINHEIRO		Em Espera

O software permite que as pautas de audiências do PROJUDI sejam importadas e aglutinadas no sistema de gestão, que exibe as audiências do dia em um painel. Além disso, propicia aos conciliadores, mediadores, juízes leigos e juízes togados, inúmeras ferramentas que facilitam a dinâmica de realização das audiências judiciais. O sistema auxilia também na gestão de dados utilizados para instruir os relatórios exigidos anualmente pelo CNJ.

O Excubitor já está sendo utilizado desde outubro de 2018 no CEJUSC do Fórum Cível em Curitiba, com excelentes resultados para a otimização das audiências, tanto no que diz respeito à organização do pregão e à elaboração das atas quanto na aferição dos dados estatísticos.

Também está sendo utilizado no Fórum dos Juizados Especiais da Capital. Em fevereiro de 2019, o software receberá a autorização para sua utilização e estará à disposição das unidades judiciais interessadas, por meio de solicitação junto ao DTIC, o qual avaliará, caso a caso, as condições de instalação, treinamento e demais providências.

CITAÇÃO ELETRÔNICA

O outro fruto da parceria entre o DTIC e a 2ª Vice-Presidência é a nova funcionalidade desenvolvida no Sistema Projudi que possibilita a citação e intimação eletrônica de pessoas jurídicas, atendendo ao disposto no artigo 246, § 1º, do Código de Processo Civil. A iniciativa vai reduzir gastos e impedir eventuais erros de citação, além de proporcionar celeridade processual.

A utilização da nova ferramenta depende do prévio cadastro das pessoas jurídicas e de seus respectivos representantes legais. Por esse motivo, serão tomadas providências visando à divulgação dessa nova funcionalidade, o que se dará por meio de contato com entidades representantes das empresas, tais como Associação Comercial do Paraná e Federação das Indústrias do Estado.

Para auxiliar a realização do cadastro, foram desenvolvidos manuais, disponíveis desde o dia 20 de outubro na página principal do PROJUDI, que detalham e ilustram cada procedimento necessário à sua conclusão. É importante frisar que ambos os cadastros deverão ser realizados pelo representante legal da pessoa jurídica e tal etapa é imprescindível tanto para citação/intimação eletrônica quanto para posterior constituição de advogado nos processos em que a pessoa jurídica figurar como parte.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA PROPICIA NOVO SERVIÇO AO CIDADÃO POR MEIO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS B@TEU E PROJUDI

INICIATIVA FOMENTA A CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em parceria com a Polícia Militar do Paraná (PMPR), com o DETRAN/PR e com a CELEPAR, lança ferramenta inédita no âmbito dos Juizados Especiais do Estado. Ela propiciará aos envolvidos em acidentes de trânsito a opção de agendamento de audiência de conciliação pré-processual. A audiência será realizada nas futuras instalações do Centro de Conciliação (CECON), localizado no Fórum dos Juizados Especiais do Centro Judiciário de Curitiba.

O cidadão poderá agendar uma audiência de conciliação no sistema PROJUDI para a tentativa de acordo com a parte contrária, desde que esteja em posse de dados suficientes ao cadastro e que o fato preencha os requisitos definidos. Para o agendamento, será necessário efetuar o registro no *Boletim de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado - B@TEU*, disponibilizado na internet pela Polícia Militar do Paraná.

Uma vez confirmado o interesse da audiência conciliatória, o cidadão, após o pagamento da guia de recolhimento própria do B@TEU, receberá por SMS ou e-Mail, uma carta com o número do processo gerado, data, hora e local da audiência agendada. Já a parte contrária será convidada a comparecer ao ato no dia e horário marcados, por meio de procedimento próprio no PROJUDI.

A integração dos sistemas dos órgãos envolvidos permitirá que eventuais prejuízos decorrentes de acidentes de trânsito, sejam sanados por meio de acordos que serão posteriormente homologados pelo 7º Juizado Especial da Capital, competente para matéria.

O projeto, que inicialmente se dará em formato de piloto, abrangerá a territorialidade da capital e já está disponível ao cidadão, inclusive com audiências agendadas para o mês de janeiro/2019, após o retorno do recesso forense.



O PROGRAMA PACIFICAR É DIVINO COMEÇA O ANO DE 2019 COM BOAS PERSPECTIVAS E COM UM BALANÇO DE RESULTADOS DO ANO DE 2018 MUITO PROFÍCUO

Pautado na pacificação social, mediante a capacitação de religiosos nas técnicas da mediação e da conciliação, o Programa, inovador do TJPR, já tem se mostrado uma ferramenta eficaz na resolução consensual de conflitos na comunidade, ajudando diversas pessoas a resolverem questões comerciais, cíveis, familiares e de relacionamento, sem que precisem recorrer ao Judiciário.

Até agora, 428 (quatrocentos e vinte e oito) religiosos, de mais de 70 (setenta) entidades religiosas distintas, foram formados pelo Pacificar é Divino e já estão aptos a ajudarem a sua comunidade a solucionar os litígios, da forma mais eficaz possível, por meio do diálogo livre e mediado, que pode resultar em acordo.

Até o presente momento, 15 (quinze) Comarcas do Paraná aderiram à iniciativa: Curitiba; Londrina; Maringá; Toledo; Ponta Grossa; Marechal Cândido Rondon; Pato Branco; Nova Esperança; Cruzeiro do Oeste; Guaraniaçu; Wenceslau Braz; Contenda; Cantagalo; Piraí do Sul; Matinhos; e pelo menos outras 10 (dez) já mostraram interesse em implementar o *Pacificar é Divino* no ano de 2019.

Um grupo de 23 (vinte e três) multiplicadores, na sua maior parte religiosos, foi capacitado pelo Programa e está colaborando na formação de outros “facilitadores de resolução de conflitos”, conferindo “autossustentabilidade” ao *Pacificar é Divino* no que tange à capacitação de novos religiosos.



Ao lado da força tarefa dos multiplicadores, há ainda a capacitação dos religiosos via EAD, desenvolvida especialmente para as Comarcas que não contam com instrutores do Tribunal de Justiça para ministrar o curso presencialmente, modalidade esta que já teve duas edições.

Ressalte-se que o curso do *Pacificar é Divino* é o grande diferencial do Programa, uma vez que foi desenvolvido especificamente para a iniciativa, contemplando as técnicas da mediação e da conciliação, além de destinar um encontro para dar noções sobre os serviços da rede pública aos religiosos em formação, a fim de facilitar eventuais encaminhamentos que se façam necessários durante os atendimentos na comunidade.



No que diz respeito aos Espaços Pacificar inaugurados dentro das instituições religiosas que contam com facilitadores de resolução de conflitos formados pelo Programa, 47 (quarenta e sete) já estão em funcionamento nas Comarcas de Curitiba, Maringá, Londrina e Toledo, cuja localização e horários de funcionamento podem ser conferidos no seguinte endereço eletrônico: www.tjpr.jus.br/-pacificaredivino.

A procura das pessoas pelos *Espaços Pacificar* da sua entidade religiosa/bairro tem sido cada vez maior, principalmente em razão da intensa divulgação feita na mídia no decorrer do ano de 2018. Neles, a maioria dos acordos têm se efetivado de forma escrita, com a elaboração de seus termos pelos próprios facilitadores do Programa e assinatura dos interessados. Apenas casos mais complexos e/ou que envolvam o interesse de menor têm sido encaminhados para o CEJUSC a fim de o Juiz Coordenador homologar.

Enfim, muito trabalho foi feito e muitos frutos foram colhidos ao longo desses dois anos de desenvolvimento do *Programa Pacificar é Divino*, mas a perspectiva mostra que muito ainda pode ser realizado para expandi-lo a outras Comarcas do Estado e demais religiões, que ainda não fazem parte da iniciativa.

Importante frisar que o *Pacificar é Divino* é um trabalho conjunto do Tribunal de Justiça do Paraná com as instituições religiosas, tendo em vista o objetivo em comum da pacificação social. Desta forma, deve haver colaboração entre os envolvidos para que a iniciativa avance, assim como troca de experiências, sugestões de melhoria, controle de resultados e divulgação constante.

Por fim, vale lembrar que o *Programa Pacificar é Divino* continuará existindo, mas a partir do mês de fevereiro deste ano, assumirá a nova coordenação, cuja herança será de uma boa trajetória percorrida, que angariou a experiência de muitas pessoas dedicadas à causa. Assim sendo, apostamos que os resultados concretos só tendem a aumentar.

CEJUSC 2º GRAU COMEMORA OS 10 ANOS DE FUNCIONAMENTO E A INAUGURAÇÃO DE SEU ESPAÇO REFORMADO

PIONEIRO NA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL, O CEJUSC DO 2º GRAU É AGRACIADO COM LIVRETO BIOGRÁFICO E COM ESPAÇO FÍSICO REFORMADO

Neste fim de ano o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º Grau (CEJUSC 2º Grau) festejou duas grandes conquistas: seu aniversário de dez anos, no dia 01 de dezembro de 2018, e a inauguração de seu espaço reformado, que continua localizado na Rua Cândido de Abreu, nº 830.

O ANIVERSÁRIO

Para celebrar o aniversário de dez anos, a 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima - juntamente com o Desembargador Valter Ressel e a Assessora Jurídica Liciane Baltazar - promoveram o evento de comemoração que ocorreu no dia 30 de novembro. Nesta ocasião foi lançado o Livro intitulado *História do CEJUSC do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Paraná*.



O Livro foi subdividido em duas partes. Na primeira, consta a biografia do CEJUSC do 2º Grau no Paraná, desde sua inauguração até o presente momento. A segunda parte, por sua vez, consiste na série de entrevistas realizadas com os conciliadores voluntários, oportunidade em que cada um narrou sua experiência no CEJUSC, compartilhando

algumas histórias anedóticas vivenciadas em sessões de mediação/conciliação.



A cerimônia contou com o apoio da COPEL Telecom - que financiou 200 exemplares do Livro, bem como o coquetel de congratamento servido -, e com o apoio da Associação dos Magistrados - AMAPAR, que cedeu o espaço da Alberto Foloni para a confraternização.

Na abertura do evento, houve a apresentação do Coral da AMAPAR/JUDICEMED, sob a regência da maestrina Elena Moukhorkina Moreno. O Coral conta com 25 integrantes, quase todos magistrados aposentados e muitos deles conciliadores voluntários do CEJUSC do 2º Grau.

Na ocasião, discursaram a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente e Presidente do NUPEMEC; O Presidente da AMAPAR, Dr. Geraldo Dutra; o Presidente do TJPR em exercício Arquelau Araújo Ribas e o Desembargador Valter Ressel, precursor da Conciliação em 2º Grau no Estado.



Aquele que é derrotado muitas vezes sente que não se fez Justiça. Já na conciliação existe essa sensação de um acordo que abrange as duas partes.”

Também falou o Presidente da AMAPAR, Juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto. Ele afirmou que a atividade de conciliação contribui para o desenvolvimento da Justiça no Paraná. “A conciliação logicamente abrevia o curso do processo. É uma iniciativa que deve ser incentivada e deve continuar pelas próximas décadas”, afirmou.

Como forma de agradecimento, a Desembargadora Lidia Maejima entregou uma homenagem à atual coordenadora do CEJUSC de 2º Grau, servidora Liciane Junia Baltazar. Também foram homenageados os colaboradores que prestaram importante contribuição para a construção de uma cultura de pacificação social por meio de sua atuação no CEJUSC.



A Desembargadora Lidia Maejima afirmou que a conciliação deixou de ter papel secundário e passou a ser protagonista no mundo jurídico. “O CEJUSC de 2º Grau, além de todos os casos solucionados nesses anos, cumpriu e ainda cumpre um grande papel simbólico de liderança, destacando-se no papel de abrir os olhos da nossa sociedade para novas possibilidades de solução de conflitos mais racionais, mais adequadas e mais humanas.

O Desembargador Valter Ressel comentou a importância da conciliação em 2º grau, narrando um pouco da história do CEJUSC do 2º Grau no Paraná e aproveitou para anunciar o lançamento do mencionado livreto, que resgata a memória da atuação do CEJUSC de 2º Grau. “Acredito que a compilação e a publicação dessas narrativas se tratam de um presente condigno com a importância da data hoje comemorada. Parabéns a todos aqueles que fizeram e fazem parte dessa linda existência de 10 anos do CEJUSC do 2º Grau”.

O Desembargador Arquelau Araujo Ribas expressou sua satisfação em participar da cerimônia e afirmou que para realizar a atividade da conciliação é necessário ter um dom. “Conciliar é algo maravilhoso, porque existe o perdão entre as partes, o que não ocorre em um julgamento comum.

A REFORMA

A inauguração da reforma do espaço físico do CEJUSC do 2º Grau foi celebrada no dia 11 de dezembro, no próprio local reformado. Aproveitou-se a oportunidade para felicitar os Desembargadores Antonio Martelozzo e Valter Ressel, conciliadores voluntários do CEJUSC, por seus aniversários nos dias 08 e 15 de dezembro, respectivamente.

O espaço ganhou reparos em toda sua estrutura. A parte elétrica foi inteiramente renovada; foram construídos dois banheiros privativos e uma cozinha; o piso foi trocado; as salas de audiência

ampliadas, entre outras melhorias – tudo visando à satisfação do jurisdicionado.

A reforma é, sem dúvida, um grande incentivo à pacificação social, uma vez que um ambiente agradável é imprescindível à condução da audiência de conciliação, de modo a possibilitar o conforto das partes.

CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS

PROGRAMA FECHA O ANO COM NÚMEROS EXPRESSIVOS E SERÁ EXPANDIDO PARA TODO O ESTADO



O *Criança e Adolescente Protegidos*, embora seja um Programa de Coordenação da Desª Lidia Maejima, ganhou grandes contornos nestes dois anos de gestão da Desembargadora na 2ª Vice-Presidência.

De início, logo em fevereiro de 2017, o programa passou a integrar a feira de serviços *Paraná Cidadão*, ação coordenada pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, cujo objetivo é oferecer ações gratuitas que promovam cidadania e inclusão social a todos os paranaenses.

Em junho de 2017, o programa ganhou mais um reforço, que foi a parceria com a Associação Paranaense de Oftalmologia (APO). Por meio de um protocolo de intenções, assinado entre o Tribunal de Justiça do Paraná e a APO, além da confecção de documentos de identidade, o programa passou a oferecer consultas oftalmológicas gratuitas às crianças e adolescentes nas localidades em que a Associação está presente.

No primeiro semestre de 2018, foi lançada uma campanha, por meio de um vídeo de 30 segundos, para estimular a identificação, mesmo para crianças não alfabetizadas. O vídeo foi disponibilizado no youtube, no site TJPR e no projeto sala de espera inteligente dos Juizados Especiais e CEJUSC's.

Em meados de 2018, o programa foi instituído por Lei Estadual, tendo sido sancionada pela Governadora Cida Borghetti a Lei nº 19.634/2018. No final do ano, foi firmada parceria com a HOF-TALON – Hospital de Olhos de Londrina, ocasião em que foi acordada a realização de exames oftalmológicos nas mais de 3.000 crianças triadas com problemas visuais.

O programa continua inovando suas parcerias e mostra aumento nas duas principais frentes de atuação. Até o presente momento, aproximadamente 51.803 carteiras de identidade foram emitidas e mais de 5.000 triagens. Apenas o ano de 2018 foram emitidos 22.892 documentos.

Para fechar os dois anos de gestão com chave de ouro, em janeiro de 2019, o Instituto de Identificação do Paraná anunciou que todos os municípios interessados estarão aptos para a instalação dos Postos de Atendimento Totalmente Informatizados (PATIs), que até o momento estavam presentes em 39 municípios. Essa medida de informatização no Estado é essencial ao avanço do Programa Criança e Adolescente Protegidos, uma vez que os PATIs, são imprescindíveis para o bom andamento e alcance de novas localidades.

PROGRAMA JOVENS PROMISSORES ENCERRA 2018 FORMANDO MAIS ADOLESCENTES DESTINATÁRIOS DE MEDIDAS PROTETIVAS OU SOCIOEDUCATIVAS

Idealizado e supervisionado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, o *Jovens Promissores* encerrou suas atividades no ano de 2018 com a formatura de mais 08 turmas de adolescentes destinatários de medidas protetivas ou socioeducativas.

No dia 10 de dezembro, a primeira turma do Programa de Toledo participou de uma solenidade de formatura no plenário do Tribunal do Júri da Comarca. Na ocasião, 10 adolescentes destinatários de medida socioeducativa de internação receberam seus certificados, acompanhados de seus familiares e dos diversos parceiros locais das ações.



Participantes do Jovens Promissores em palestra proferida pelo Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, coordenador local do Programa em Toledo

Dois dias depois (12 de dezembro), outras 09 turmas, compostas por adolescentes em acolhimento institucional de diversos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, também receberam seus certificados de conclusão da etapa de formação do Programa. A cerimônia ocorreu no Plenário do TJPR, e contou com a participação do 1º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador Arquelau Araujo Ribas; da 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima; do Diretor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), Desembargador José Laurindo de Souza Netto; da Promotora de Justiça Luciana Linero; do Delegado de Polícia Civil João Carlos da Costa; da Secretária Municipal da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), Elenice Malzoni; do Secretário Chefe da Casa Militar,

Coronel Maurício Tortato; do Tenente-Coronel Vanderley Rothenburg; do Coronel Comandante do 20º Batalhão de Infantaria Blindado, Gerson Rolim da Silva; além de diversos outros convidados e apoiadores do Jovens Promissores.

Um dos participantes proferiu um discurso de agradecimento, declarando: “[A 2ª Vice-Presidência] preocupou-se em minimizar as nossas dificuldades e angústias para enfrentar a vida adulta. Ofereceu ferramentas para que nos sentíssemos e nos tornássemos capazes de escrever a nossa própria história. Fomos estimulados a nos expressar, a sermos nós mesmos e a dar o melhor de nós. Assim, encerrei a etapa de formação mais fortalecido e passei a ter novas perspectivas de futuro.”



Formatura em Curitiba

Já no dia 17 de dezembro, foi a vez da 2ª Turma do Programa Jovens Promissores em Ibaiti concluir a fase de formação. 12 adolescentes destinatários de medidas protetivas e socioeducativas receberam seus certificados em uma solenidade no Fórum da Comarca, e, agora, receberão o apoio da coordenação local para serem encaminhados ao mercado de trabalho.



Formatura em Ibaiti

A 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Lidia Maejima, aproveitou a cerimônia de formatura em Curitiba para agradecer aos parceiros que acreditaram nessa empreitada – especialmente, ao Exército Brasileiro, à Polícia Militar

(PMPR), à Polícia Civil, à Ordem dos Advogados Brasil – seção Paraná (OAB/PR), ao Conselho Regional de Contabilidade, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Cível de Curitiba, à Escola de Servidores do TJPR (ESEJE), ao Boticário, à fundação Weiss Scarpa, ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), à Gerar, ao Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), à Universidade Livre para Eficiência Humana (UNILEHU), ao Instituto Tibagi, ao Paraná Clube, ao Coritiba Foot Ball Club, à Escola Nilza Tartuce, à Rumos Coaching de Carreira e Orientação Profissional, à CD6 – Centro de Desenvolvimento Humano, à empresa Fino Trato e aos parceiros e empresários locais do Programa nas Comarcas de Ibaiti, Toledo e, em breve, Ponta Grossa.

A Comarca dos Campos Gerais será a quarta a aderir ao programa, e iniciará as atividades no início de 2019. Ao todo, o Programa já formou 130 adolescentes em vulnerabilidade social, estimulando o desenvolvimento de sua autonomia e das condições necessárias para que o ingresso na vida adulta se dê da melhor forma possível.

O PROGRAMA

O Programa Jovens Promissores iniciou em 2017 junto à 2ª Vice-Presidência, e busca a mobilização de esforços por parte do Poder Judiciário e de diversos setores do poder público e da sociedade, para oferecer ferramentas para que os participantes desenvolvessem as condições de assumirem o papel de protagonistas de suas próprias histórias.

Cada adolescente participa de duas etapas: na primeira, de formação, são oferecidas diversas atividades relevantes, como visitas guiadas ao TJPR, círculos restaurativos (visando estimular a reflexão, a autoestima, o resgate de valores e a criação da identidade do grupo), oficinas de educação financeira e empreendedorismo, além de visitas a diversas instituições públicas e privadas, nas quais os adolescentes podem conhecer algumas carreiras e profissões – sempre pensando na preparação e no desenvolvimento integral dos jovens.

A segunda etapa diz respeito aos acompanhamentos individuais, quando cada adolescente é orientado e, sempre que possível, encaminhado a cursos profissionalizantes ou a vagas de estágio, aprendizagem ou emprego.

